

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 526.120 - SP (2019/0234824-1)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : BRUNA LOURENCO FERREIRA
ADVOGADO : BRUNA LOURENÇO FERREIRA - SP425118
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONATHAN DOS SANTOS FERNANDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de JONATHAN DOS SANTOS FERNANDES, contra v. acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso em flagrante e, posteriormente, teve sua prisão convertida em preventiva pela prática, **em tese**, do delito previsto no art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação do decreto prisional. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

"Habeas Corpus. Tráfico de drogas. Art. 33, caput, da Lei n.º 11.343/06. Pedido de revogação da prisão preventiva, com base na ausência de fundamentação específica para o caso, bem como nos atributos pessoais do paciente. Descabimento. Presentes os requisitos da prisão preventiva, bem fundamentada a decisão que a decretou. Inviabilidade de aplicação das medidas previstas no art. 319 do CPP. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada" (fl. 68).

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a justificar a decretação de sua segregação cautelar, sustentando, ainda, que as condições pessoais do paciente seriam favoráveis.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa, prevista no art. 319 do Código de Processo Penal.

A liminar foi indeferida às fls. 79-80.

As informações foram prestadas às fls. 82-103.

O Ministério Público Federal, às fls. 106-107, manifestou-se pela prejudicialidade do presente **habeas corpus**, em parecer sem ementa.

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Segundo informações prestadas pelo d. juízo de origem, colacionadas às fls. 82-103, verifica-se que foi proferida sentença, a fim de desclassificar a imputação inicial, sendo o paciente condenado à pena de advertência com expedição de alvará de soltura, **em 11/9/2019**.

Nesse contexto, verifico que o presente **habeas corpus** perdeu o objeto, uma vez que já atingida a pretensão nele requerida.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o habeas corpus**.

P. e I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator